



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS, DESTINADAS À FROTA DE VEÍCULOS DESTA MUNICIPALIDADE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ÁGUA E ESGOTO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS I E II.

1.1.1 – Os Objetos deverão ser entregues com prazo de validade de no mínimo 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos mesmos, contra quaisquer tipos de defeitos de fabricação, ficando a detentora da Ata de Registro de Preços obrigada a substituir integralmente o objeto que se apresentar impróprio.

1.1.2 – Os objetos ofertados deverão ser de primeira qualidade ou qualidade extra, entendendo-se por estas o nível de qualidade mais elevado da linha do objeto fornecido, que satisfaça às especificações da ABNT / INMETRO e demais normas.

II – DAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DAS BATERIAS

- 2.1 – 12 Volts;
- 2.2 – 100% livre de manutenção;
- 2.3 – Resistentes a altas e baixas temperaturas;
- 2.4 – Aceitar carga rápida e lenta;
- 2.5 – Conectores com base reforçada;
- 2.6 – Caixa de polipropileno reforçada;
- 2.7 – Placas positivas com ligas de prata;
- 2.8 – Polos terminais forjados a frio;
- 2.9 – Dispositivo antichamas embutido;
- 2.10 – Registro junto ao INMETRO.

III – DO ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES

3.1 – As Baterias deverão atender integralmente aos seguintes dispositivos:

3.1.1 – Portaria nº 239 de 09/05/2012 do INMETRO: a qual aprova o Regulamento Técnico da Qualidade para Baterias chumbo – ácido para veículos automotores, dando como obrigatoriedade a existência do selo de identificação de conformidade.

3.1.2 – Portaria nº 455 de 07/10/2014 do INMETRO: a qual dispõe sobre a adequação aos requisitos de avaliação da conformidade para Componentes Automotivos abrangidos pela Portaria Inmetro nº 301/2011 e suas complementares.

3.1.3 – Portaria nº 199 de 16/04/2015 do INMETRO: a qual aprova os ajustes e esclarecimentos à regulamentação de Baterias chumbo – ácido para veículos automotores aprovados pelas Portarias Inmetro nº 239/2012 e 299/2012.

3.1.4 – Norma ABNT NBR 13776: a qual dispõe sobre veículos rodoviários automotores, seus rebocados e combinados - classificação.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



3.1.5 – Norma ABNT NBR 15745: a qual dispõe sobre Baterias chumbo – ácido para veículos automotores – terminologia.

3.1.6 – Norma ABNT NBR 15914: a qual dispõe sobre Baterias chumbo – ácido para uso em veículos automotores de quatro ou mais rodas – requisitos e simbologia.

3.1.7 – Norma ABNT NBR 15916: a qual dispõe sobre Baterias chumbo – ácido para uso em motocicletas, triciclos e quadriciclos – requisitos e simbologia.

3.1.8 – Norma ABNT NBR 15940: a qual dispõe sobre Baterias chumbo ácido para uso em veículos rodoviários automotores de quatro ou mais rodas – especificação e métodos de ensaio.

3.1.9 – Norma ABNT NBR 15941: a qual dispõe sobre Baterias chumbo – ácido para uso em motocicletas, triciclos e quadriciclos – especificação e métodos de ensaio.

3.1.10 – Resolução Conama 401/2008: a qual estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado e outras providências.

IV – DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE

4.1 – O objeto ofertado deverá possuir Selo de Certificado e Conformidade do INMETRO em sua embalagem, conforme determina a Portaria vigente.

4.1.1 – O Selo de Identificação de Conformidade deverá ser impresso de forma clara, legível e indelével no rótulo da bateria, contendo o logotipo do INMETRO, a identificação do OCP (Organismo de Certificação do Produto) e o número de registro da família do produto junto ao INMETRO.

4.1.2 – Baterias embaladas também deverão apresentar o Selo de Identificação da Conformidade em sua embalagem.



Uma cor

4.2 – O INMETRO, como órgão fiscalizador, acompanha o cumprimento dos regulamentos, com apoio da Rede Brasileira de Metrologia e Qualidade, a quem delega o poder de polícia administrativa. Presente nos 26 Estados da Federação, a RBMLQ-I promove ações de fiscalização e verificação da conformidade durante



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



todo o ano e realiza operações específicas em datas específicas. Nestas ações, caso se aponte inobservância aos regulamentos, são aplicadas penalidades tais quais: advertência; multa; interdição; apreensão e inutilização (Lei nº 9.933/1999).

4.3 – A venda ou fornecimento de Baterias sem a certificação do INMETRO é considerado crime contra as relações de consumo. Este crime está previsto no art. 7º, II e IX, da Lei nº 8.137 de 27 de Dezembro de 1990.

4.4 – A falsificação ou adulteração do Selo de certificação do INMETRO também é considerada crime pelo Código de Defesa do Consumidor, conforme previsto nos artigos. 66 e 67 do Código de Defesa do Consumidor.

4.5 – A venda de Baterias com selo de certificação adulterado ou falso é considerada crime contra as relações de consumo e crime de concorrência desleal, conforme artigo 7º, VII, da Lei nº 8.137 de 27 de Dezembro de 1990 e artigo 195, VII, da Lei nº 9.279, de 14 de Maio de 1996.

V – DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1 - A contratada deverá apresentar, como forma de comprovação, certificado de garantia do fabricante, ou documento similar em LÍNGUA PORTUGUESA PÁTRIA.

5.2 - Os objetos ofertados devem ser novos e apresentar validade na data da entrega não superior a 06 (seis) meses, a contar da sua fabricação até a data do recebimento definitivo pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água/Esgoto.

5.3 - Os objetos presentes neste certame deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do preenchimento da garantia contratual dos mesmos.

5.4 - Durante o prazo de validade estabelecido da garantia do objeto, uma vez constatado o defeito ou vício oculto, procederá à detentora da Ata de Registro de Preços, às suas expensas, à substituição do objeto por um novo, por prazo igual ou inferior a 72 (setenta e duas) horas, contadas da notificação apresentada à ela, sem qualquer ônus para a Administração.

5.5 - Todas as unidades que forem substituídas durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias previstas.

5.6 - A vigência da Ata de Registro de Preços não exonera a contratada do período de garantia mínima exigido ou ofertado na proposta, o qual consiste na prestação pela detentora da Ata de Registro de Preços, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor.

5.7 - A detentora da Ata de Registro de Preços deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada no corpo da respectiva Nota fiscal.

VI – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - A detentora da Ata de Registro de Preços deverá, quando solicitado pela Administração, providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos objetos usados ou inservíveis originários da aquisição, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento, mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



6.2 - A detentora da Ata de Registro de Preços somente deverá fornecer baterias com polaridades invertidas (polo positivo a esquerda), quando solicitado pela Administração através de documento formal onde constará o descritivo do objeto e a quantidade a ser enviada com polaridades invertidas, documento este que será enviado junto à Autorização de Fornecimento.

6.3 - A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.3.1 - Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, observadas, especialmente, as disposições deste Termo de Referência.

6.3.2 - Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

6.3.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), que implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da notificação, o produto com avarias ou defeitos, sem qualquer ônus a adquirente, inclusive quanto à retirada dos itens rejeitados, independente das quantidades rejeitadas.

6.3.4 - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

6.3.5 - Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega, caso existam motivos que impossibilitem o cumprimento do pactuado dentro do inicialmente previsto, com a devida comprovação.

6.3.6 - Manter, durante a execução do pactuado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3.7 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que estiver obrigada, nas condições previstas neste Termo de Referência.

6.3.8 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.3.9 - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6.3.10 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita quando da execução das obrigações contraídas, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



6.3.11 - Fornecer baterias de excelente qualidade, de primeiro uso, originais de fábrica, sem que tenha passado por qualquer processo de reciclagem, remodelagem ou qualquer processo de recondição e reaproveitamento de material usado, que atendam rigorosamente às especificações e exigências do fabricante dos veículos a que se destinam, bem como ao regulamento do INMETRO, sendo o prazo máximo para sua entrega de 10 (DEZ) dias corridos, contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento.

6.3.12 - Efetuar a troca no prazo igual ou inferior a 72 (setenta e duas) horas do objeto que contrariar as especificações contidas no Edital e seus Anexos, bem como na Proposta do licitante, ou em que se verificarem vícios ou defeitos de fabricação ou impropriedades, aparentes ou ocultos, sem qualquer ônus para a contratante.

6.3.13 - A Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água e Esgoto, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da detentora da Ata de Registro de Preços para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

6.3.14 - Apresentar informativo, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em Língua Portuguesa Própria, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do objeto, privilegiando o direito à informação no certame.

6.3.15 - Poderá ser exigido da detentora da Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, teste de qualidade e resistência dos produtos ofertados e entregues, junto a um órgão competente, público ou privado, teste este que ocorrerá pelas expensas da detentora da Ata de Registro de Preços, conforme artigo 75 da Lei 8666/93.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

7.1 - Responsabilizar-se pela lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços, com base nas disposições da legislação em vigor.

7.2 - Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a despesa quando da aquisição formal.

7.3 - Fornecer à detentora da Ata de Registro de Preços todas as informações necessárias, visando propiciar a perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

7.4 - Promover, por meio do servidor designado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água/Esgoto, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços ou entrega do objeto, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da detentora da Ata de Registro de Preços.

7.5 - Emitir Nota de Empenho em favor da detentora da Ata de Registro de Preços.

7.6 - Permitir o acesso dos funcionários da detentora da Ata de Registro de Preços, quando da entrega com veículo na sede da Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água/Esgoto, desde que devidamente identificados.

7.7 - Efetuar o pagamento à empresa detentora da Ata de Registro de Preços, no máximo em até 15 (quinze) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e certificação da entrega definitiva do objeto pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água/Esgoto, de acordo com as condições de preço e pagamento estabelecidos neste termo de referência.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



7.8 - Acompanhar o prazo de garantia do bem a ser adquirido a fim de não corroborar em prejuízo ao erário.

7.9 - Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos do certame que a contratada entregar fora das especificações do Edital e seus Anexos.

VIII – DA ENTREGA, RECEBIMENTO E DEMAIS INFORMAÇÕES

8.1 - ENTREGA DO OBJETO: o objeto ora licitado deverá ser entregue em até **10 (dez) dias corridos**, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, conforme disposições deste Edital e seus anexos.

8.1.1 - O prazo de entrega admite prorrogação, mantidas as demais cláusulas, se, antes da sua expiração, a contratada protocolar requerimento escrito, juntando provas lícitas e legítimas da ocorrência de algum dos motivos do art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

8.1.2 - Quaisquer serviços extraordinários que forem necessários, somente poderão ser executados mediante a concordância desta municipalidade.

8.2 - LOCAL DE ENTREGA: Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Água e Esgoto, localizada na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Água e Esgoto, localizada na Rua Roberto Clark, nº 672, Centro, Birigui – SP, CEP: 16.200-083, em dias úteis, das 07:00 h às 10:30 h e das 13:00 h às 16:30 h.

8.3 - O objeto deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a resistir à armazenagem e permitir completa segurança durante o transporte.

8.4 - As licitantes vencedoras deverão observar com rigor a qualidade inquestionável de seus produtos, em todas suas características.

8.5 - Para fins de recebimento, os requisitos essenciais referem-se aos aspectos de segurança e desempenho do produto e estabelecem as diretrizes do Programa de Avaliação da Conformidade estabelecido pelo INMETRO conforme PORTARIA Nº 239 DE 09/05/2012 e suas alterações pela Portaria nº 199 de 16/04/2015 do INMETRO para Baterias chumbo - ácido. Os demais requisitos de avaliação da conformidade deverão estar descritos no RAC do objeto. Os ensaios e inspeções para avaliação da conformidade aos requisitos essenciais do objeto devem ser executados na sequência definida nos itens que seguem.

8.6 - O primeiro item a ser avaliado nas baterias chumbo - ácido para fins de recebimento é o seu aspecto através de inspeção visual externa, para a qual as amostras devem se apresentar limpas, secas, sem danos aparentes e sem resíduos de eletrólito.

8.7 - As baterias devem apresentar, gravado em seu corpo, ou impresso através da aplicação de rótulos indelévels, em áreas facilmente visíveis e legíveis, em língua portuguesa pátria, com resistência mecânica suficiente para suportar o manuseio e intempéries, visando assim preservar as informações nelas contidas durante toda a vida útil da bateria, no mínimo as seguintes informações:

- a) Razão social do fabricante ou importador.
- b) CNPJ do fabricante ou importador.
- c) Endereço do fabricante ou importador.
- d) País de origem, identificação e endereço do fabricante no exterior, em caso de produto importado.
- e) Denominação comercial (marca).
- f) Data de fabricação (dia/mês/ano ou semana/ano).
- g) Tensão nominal em volts.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



h) Capacidade nominal em ampere/hora (A/H) a 25°C (regime de descarga de 20 horas para automóveis e 10 horas para motocicletas), não sendo permitido informar no seu rótulo a capacidade nominal em outros regimes de descarga e não sendo admitida a utilização de informações alusivas a outros valores de capacidade nominal.

i) Reserva de capacidade em minutos a 25°C (somente para baterias de automóveis).

j) Corrente de partida a frio (CCA) (-18°C para automóveis e -10°C para motocicletas e tempo em segundos até atingir a tensão de 06 volts para baterias de motocicletas).

k) Classificação da tecnologia das baterias: para automóveis “REGULADA POR VÁLVULA”, ou se for “VENTILADA”, usando os seguintes termos claramente expressos: “Livre de Manutenção”/“Baixa Manutenção” /” Com Manutenção” – conforme o caso. Para motocicletas “REGULADA POR VÁLVULA”, ou “VENTILADA”.

l) Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC do detentor do registro do produto junto ao INMETRO.

m) Texto informativo sobre destinação adequada após seu uso: “Devem ser devolvidas aos revendedores ou a rede de assistência técnica autorizada para repasse aos fabricantes ou importadores, segundo Resolução Conama 401/20188”.

n) Advertência sobre risco à saúde humana e ao meio ambiente, bem como simbologias sobre cuidados no manuseio do produto, de acordo com o Anexo I da Resolução Conama 401/2008.

o) Selo de identificação da conformidade incorporado no rótulo do produto e, quando houver, na embalagem.

p) Normas Técnicas da ABNT que a deve atender.

q) Peso líquido, em quilograma (kg) declarado pelo fabricante.

8.8 - Caberá à Secretaria de Serviços Públicos Água e Esgoto atestar o recebimento do material, não se eximindo a detentora da Ata de Registro de Preços de ser chamada para substituir, à sua custa, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifique irregularidade.

8.9 - As solicitações acontecerão de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água e Esgoto.

8.10 - O recebimento dos produtos poderá ser feito em duas etapas, conforme abaixo:

8.10.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do produto com as especificações constantes na Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e na Nota Fiscal.

8.10.2 - Definitivamente, depois de efetuar a conformidade das especificações, qualidades do objeto, em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data do recebimento provisório.

8.11 - O recebimento provisório dos objetos não implica na sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise dos mesmos, pelo gestor do recebimento, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações, contidas no edital para a aceitação definitiva.

8.12 - A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da detentora da Ata de Registro de Preços pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer defeitos de fabricação detectados quando da utilização dos mesmos.

8.13 - Os objetos que forem recusados (no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo igual ou inferior a 72 (setenta e duas) horas, contados da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



8.14 - Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita a aplicação das sanções penais previstas em edital.

8.15 - A detentora da Ata de Registro de Preços, por ocasião da entrega dos objetos e da respectiva Nota Fiscal, deverá comprovar que os objetos apresentados possuem no máximo 06 (seis) meses de fabricação até o recebimento definitivo.

8.16 - Não serão aceitos, em hipótese alguma, objetos reutilizados, revitalizados, ou quaisquer outras denominações que indiquem reaproveitamento e / ou reciclagem de matéria-prima utilizada na confecção dos mesmos.

8.17 - Os objetos deverão estar em conformidade com as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e com os respectivos órgãos federais de controle, como ABNT e INMETRO.

8.18 - Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas com os membros da COMISSÃO ESPECIAL para acompanhamento do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ÁGUA/ESGOTO os Senhores: LUIZ FERREIRA LIMA, LUCIANO MARCATI ADAMI e ISMAEL GONSALVES DOS SANTOS, nomeados pela PORTARIA Nº 13 DE 2018, pelo telefone (18) 3643-6208.